

A PRODUÇÃO SOCIAL DO SEXISMO E DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DA LEGITIMAÇÃO ÀS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

Carla Mailde Feitosa Santa Cruz³⁵

1. INTRODUÇÃO

*“O que você foi fazer no mato, Maria Chiquinha?
Eu precisa cortar lenha, Genaro, meu bem
Quem é que tava lá com você, Maria Chiquinha?
Era filha de Sádona, Genaro, meu bem
Eu nunca vi mulher de culote, Maria Chiquinha
Era a saia dela amarrada nas pernas, Genaro, meu bem
Eu nunca vi mulher de bigode, Maria Chiquinha
Ela tava comendo Jamelão, Genaro, meu bem
No mês de setembro não dá Jamelão, Maria Chiquinha
Foi uns que deu fora do tempo, Genaro, meu bem
Então vai buscar uns que eu quero ver, Maria Chiquinha*

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

³⁵ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

*Os Passarinho comeram tudo, Genaro, meu bem
Então eu vou te cortar a cabeça, Maria Chiquinha
Que cocê vai fazer com o resto, Genaro, meu bem?
O resto? pode deixar que eu aproveito"*

(Autores: Guilherme Figueiredo e Geysa Boscoli).

Apesar de ser um crime e grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 38,72% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 33,86%, a agressão é semanal. Esses dados foram divulgados no Balanço dos atendimentos realizados de janeiro a outubro de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Dos relatos de violência registrados na Central de Atendimento nos dez primeiros meses de 2015, 85,85% corresponderam a situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres.³⁶

Até o ano de 2014 não havia um banco de dados do Estado da Paraíba com informações sobre a violência contra a mulher. As informações aqui apresentadas foram obtidas por e-mail respondido pela Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana – PB. No ano de 2014, entre os meses

³⁶ <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/#>

de janeiro a julho foram sessenta e dois homicídios de mulheres, estimando-se que 35% é relacionado à violência doméstica e familiar³⁷.

Escrevo a partir de um lugar geograficamente marcado pela semiaridez, de onde tenho observado, vivenciado e inquietado-me constantemente com a reprodução de práticas de violência contra a mulher. Situar a leitura é fundamental para não se ter a ideia de que em todos os lugares, famílias e espaços as relações de desigualdade de gênero se repetem circunstancialmente. Trata-se do Cariri Paraibano, especificamente do município de Sumé, a partir de um contexto familiar com predominância de práticas notadamente machistas.

Aqui nasci e vivo, e é de tanto ver, ouvir e sentir as consequências da violência contra a mulher em contexto rural e urbano, que tomei de empréstimo a música acima citada, para anunciar minha inquietude com as desigualdades de gênero que tenho acompanhado desde minhas mais longínquas memórias. Estava displicente quando recentemente dei-me conta de que estava ouvindo esta música e que mesmo tendo sido escrita em 1962 continua a ser regravada e tem um público alvo específico: as crianças. Eis um exemplo, entre muitos outros, de formas de aqui e acolá, legitimar o poder e a violência masculina sobre o feminino.

³⁷ Informação fornecida por e-mail por Elinaide Alves de Carvalho da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana – PB.

Por aqui vai se vendo as desigualdades de gênero sendo construídas socialmente. De acordo com Louro (2014, p.25) “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que construiu sobre os sexos”. A música transmite a mensagens sublimine de como se deve comportar o homem em relação à mulher e o que deve fazer quando esta não consegue se explicar.

Essa inquietude fez-me tomar de empréstimo a letra desta música que é representativa de parte das realidades que envolvem mulheres no meio rural e urbano de pequenas cidades do cariri paraibano. Parafraseando Safiotti (1987, p.6), através da música é possível constatar como as situações de violência contra a mulher se fazem presentes na vida cotidiana de cada um. Se assim não fora, o poeta, o músico, o artista, não os teriam posto em versos, em telas, em filmes.

Tenho vivenciado muito do empoderamento feminino, principalmente da minha geração se comparada com a geração anterior, mas uma questão inquieta-me mais profundamente: os relacionamentos, seja em qual modalidade for: namoro, união estável e agravando-se no casamento constituem-se formas legítimas de dominação do homem sobre a mulher. Chego a duvidar que na prática haja igualdade de direitos nas relações conjugais, se há - são raros casos - não é o que tem mostrado a realidade de diversos casamentos.

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

Tomo como exemplos os mais próximos: da minha mãe, do meu primeiro casamento, das minhas cunhadas, de amigas, entre outros. Não disponho de parâmetros para comparar estes com outros relacionamentos, em outras regiões geográficas e outras circunstâncias sociais, para com isto verificar se este agravante é local, regional ou que proporções têm.

Mais à frente elucidarei o enunciado acima com exemplos de situações cotidianos envolvendo os dois sexos, para com isto mostrar as desvantagens/ desigualdades em que são colocadas as mulheres, a partir dos relacionamentos conjugais, os quais não devem ser confundidos, segundo Bourdieu (2010, p. 132), com o Amor.

A desconfiança, como bem representada na música, é um ingrediente abundante em boa parte dos relacionamentos, também é lugar comum que mesmo saindo para trabalhar fora e sendo a principal provedora da casa a mulher seja alvo de desconfiança por parte do marido. Vive-se sobre o julgo do marido: "a roupa tá curta demais", "essa mulher sai demais", "deixa de cuidar da casa pra tá na rua".

Eis que o cerne desta e de várias outras músicas é a incitação à desconfiança, a supremacia do homem em relação à mulher - sendo sempre aquele a quem se deve explicação, justificativas – culminando com o homicídio da mulher. No que pese os avanços e conquistas feministas em todos os sentidos, este cenário representado na música faz parte do cotidiano de muitas

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

mulheres que vivem em situação de violência, seja física ou simbólica.

Homens e mulheres são iguais perante a lei, mas só perante a lei, porque as condições objetivas mostram que a maior parte das mulheres convive com situações de desigualdade social e de gênero, produzida e reproduzida por homens nos diversas estruturas e instituições. Como diria Bourdieu (2010, p.139), “o universalismo de princípio que postula o Direito Constitucional não é tão universal quanto parece – sobretudo por só reconhecer indivíduos abstratos e desprovidos de qualificação social”. Como forma de mostrar a letra morta desta premissa eu indago: atualmente é razoável que uma mulher frequente os mesmos espaços que um homem em qualquer horário? Isto nos mostra que embora tenhamos avançado na implantação de políticas públicas de combate a violência contra mulher, esta persiste, amedronta e faz vítimas cotidianamente.

Inquieta-me enormemente como a mulher é constantemente representada principalmente nos meios televisivos, seja nas novelas, nos jornais, nas músicas, no cinema, etc.

Basta pensar na cena e ênfase que se dá a um episódio de adultério quando cometido por um homem e o mesmo ato praticado por uma mulher e como ambos são tratados e representados nas novelas para se ter a noção que estes episódios representam e corroboram fortemente para construção social do lugar da mulher e do homem. Sobre a mulher recai a imagem da

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

malévola, da que sempre é culpada por ter tomado o homem alheio e final da novela reserva-lhe repetidas vezes o lugar da infeliz, da traiçoeira. O homem é o garanhão, o que não aguentava mais os importunos da mulher e o que mais cedo ou mais tarde será perdoado pela esposa e com ela terá um final feliz. Este exemplo e muitos outros episódios televisivos e reais tratam do que Safiotti (1987) denomina de naturalização de processos socioculturais, na qual estão empenhados e envolvidos pessoas, instituições e ideologias.

Não cabe aqui retomar as origens do patriarcado e as suas formas de constituição histórica, pois muitos já o fizeram. Interessa-me analisar a partir do que tenho acompanhado, vivenciado e resistido no enfrentamento das disparidades de gênero.

A família, as religiões, a escola, o Estado, os homens e até mesmo as próprias mulheres constituem-se como reprodutoras e conservadoras das estruturas de dominação do masculino sobre o feminino.

Os tipos encontrados de arranjos familiares, são frequentemente exemplos de estruturas que muito bem reproduzem as desigualdades de gênero. Desde cedo se estabelece o papel do homem e da mulher. Por volta dos meus 10/11 anos todos da minha casa iam para o roçado trabalhar e eu ficava para arrumar a casa e cozinhar, pois eles retornavam por volta de 11:00 da manhã e o almoço tinha que estar pronto. Não raras vezes (também não lembro os motivos), a comida ficava sem sal ou mal cozinhada e as reclama-

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

ções e xingamentos de cunho machistas eram frequentes, principalmente por parte dos meus dois irmãos mais velhos: *“essa quando casar vai apanhar muito do marido, pra aprender a fazer as coisas direito”*; Eu não ficava calada e dizia que se quisessem melhor que viessem fazer. *“Eu te desejo um marido bem ruim pra tu levar pisa todo dia e deixar de ser atrevida”*. *“Essa não nasceu para cozinha”* – dizia minha mãe.

A minha família é composta por quatro homens e duas mulheres. São três irmãos mais velhos e eu. O detalhe mais importante nisto é que são cinco machistas e eu. Nunca entendi porque meus irmãos podiam sair sempre e eu não. Quando adolescentes eles podiam ir para as festas e eu dormir. E por aí se foi constituindo uma família com predominância do machismo em seu cerne. Isto não impediu que eu subvertesse as normas/regras e me constitui-se como defensora da igualdade de gênero.

As religiões são também – e na minha concepção um dos mais fortes – instrumentos de reprodução e dominação masculina sobre a feminina. Ela permeia todas as outras instituições: família, escola e Estado – lembrando que estes dois últimos que deveriam ser laicos – operando e ditando as regras sobre as quais a maior parte das demais instituições norteiam-se.

Recordo-me que uma senhora vizinha minha, de aproximadamente 70 anos relatara os sofrimentos ao longo da vida com o marido, mas especialmente um fato a deixara muito entristecida e doente ao ponto de ir parar

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

no hospital. Na minha inquietude, perguntei por que ela não deixava ou não já havia deixado o marido. *"Deus disse, pega tua cruz e segue. Cada um tem uma cruz nessa vida"*. Este foi dos exemplos mais fortes que já ouvi para justificar a continuidade de um relacionamento tendo os princípios religiosos como fundamento. Estranho ou coincidência, nunca ouvi um homem justificando que deveria se manter em um casamento após ser traído porque Deus o mandou carregar a cruz até o fim da vida. Não se trata de polarizar e desejar que as mulheres sejam iguais aos homens, mas de perceber o drástico distanciamento entre os sociais femininos e masculinos.

Em *A dominação masculina*, Bourdieu (2010) analisando o poder simbólico menciona quão eficazes são as práticas religiosas na legitimação da dominação: "pode-se pensar nestes termos a eficácia simbólica da mensagem religiosa (bula papal, pregação, profecia, etc.), que repousa claramente em um trabalho prévio de socialização (catecismo, frequência ao culto e, sobretudo imersão precoce em um universo de religiosidade)". O apelo ao discurso da família, do sagrado, do perdão, de Jesus e de todas as entidades constitui-se como justificativas para permanência da dominação masculina, notadamente estes argumentos são reforçados se a mulher sinaliza para o rompimento do relacionamento.

A importância da escola é também indiscutível na construção das subjetividades em todos os aspectos, não sendo diferente nas relações de gêne-

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

ro. Esta tanto pode contribuir para uma cultura de não violência quanto para produção e reprodução da cultura sexista.

Em estudos realizados em documentos constituintes do currículo escolar no município de Sumé, deparei-me com a reprodução de uma prática ainda comum nas escolas. O exercício de fixação direcionava a criança a pintar a menina de rosa e o menino de azul, como se gênero ou sexualidade tivesse cor. Não raro, estas e outras práticas se repetem nas escolas - pouco ou nada laicas - a exemplo da divisão das brincadeiras "de menino" e de "menina", como também vivencia-se nas práticas pedagógicas mensagens simbólicas e classificadora do ser homem e do ser mulher, residindo o agravante na naturalização das diferenças.

Esse contexto de reprodução da cultura sexista através de práticas cotidianas, entranhadas em todas as instituições contribuem para promover desigualdades, segregação e violência. Para Silva (2009) "o social e o simbólico refere-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais". Em parte das escolas essa classificação não é vivida de forma equitativa, mas legitimadora e reprodutora do machismo reinante na sociedade, prestando-se ao aparelhamento ideológico do Estado.

Alguns símbolos presentes nas instituições representantes do Estado Bra-

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

sileiro do século XXI corroboram para compreendermos que este nada tem de laico, assim como é fortemente androcêntrico, eurocêntrico e positivista. São crucifixos, bíblias, orações entre outros símbolos que presumivelmente já revelam muito do Estado. Estes elementos entrelaçam-se e contribuem para a conformação do Estado Brasileiro que é segregador e reprodutor da cultura sexista. Segue abaixo matéria³⁸ demonstrando aspectos das desigualdades de gênero da sociedade brasileira:

Plenário do Senado terá banheiro feminino 55 anos após inauguração. Senado realiza reforma para construir um banheiro para mulheres. Até a última sessão de 2015, plenário tinha banheiro só para os homens. O plenário do Senado passará a ter um banheiro para as senadoras em 2016, mais de 55 anos depois da inauguração do prédio do Congresso Nacional em Brasília, em 1960. Durante o recesso parlamentar, que segue até 1º de fevereiro, o Senado realiza uma reforma no banheiro do plenário, que antes era apenas masculino. Após as obras, o espaço original do banheiro dos homens será dividido com um banheiro para as mulheres. Até a última reunião dos parlamentares em 2015, as 12 senadoras tinham de deixar o plenário para usar o banheiro do restaurante ao lado. Procuradora da mulher no Senado, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ao que a inclusão de um banheiro para as mulheres foi uma reivindicação da bancada feminina. "Isso, para nós, é de um simbolismo muito grande, porque estamos mudando a estrutura física da casa pra que

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

³⁸ Fonte: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>>

receba melhor as mulheres”, disse. A senadora argumentou que a ausência de um banheiro para as mulheres indicava que elas não eram esperadas no ambiente parlamentar. “Não é um banheiro que vai mudar toda a situação, mas o fato de não ter um banheiro no plenário é um indicativo de que a Casa não foi preparada para as mulheres. E não foi mesmo”, disse. Apesar de as mulheres serem maioria na população brasileira (51%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), elas ainda são minoria no Senado. Atualmente, as 12 senadoras em atividade representam menos de 15% dos 81 parlamentares.

Esta reportagem é representativa de parte da realidade da sociedade brasileira. Não temos um lugar para as mulheres, é preciso conquistá-lo cotidianamente.

Episódios noticiados cotidianamente são demonstrativos da necessidade de incessante luta que precisamos travar pela não violência contras as mulheres. A misoginia sofrida pela Presidenta da República, aos avanços de pautas conservadoras no Congresso Brasileiro, a exemplo da aprovação do Estatuto da Família, é demonstrativo de que a luta pela efetivação de direitos iguais deve ser uma constante, em todos os âmbitos, pois a positivação por si só não assegura nem o mínimo necessário, que seria o direito de ir e vir, circular nos espaços independentemente de qual sexo seja o ser humano. Esta é uma pauta não somente do dia, deve ser do cotidiano, de todos os

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

comprometidos com as situações de opressão e sexismo em que vivem a maioria das mulheres brasileiras.

2. DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE PRODUÇÃO DAS IDENTIDADES

Nasci em 1987, a última e tão esperada filha após o nascimento de três homens. Isto teve um peso significativo na construção da minha identidade. Não era apenas a única filha mulher num universo masculino, mas a única filha e a caçula. Na infância eu ouvi por demais mãe dizer a meus irmãos, sobretudo aos dois mais velhos: *"Hoje seu pai não está, então você é o homem da casa"*, querendo dizer com isto que ele(s) mesmo criança tinha(m) certa autoridade sobre a casa, na ausência do pai. Lembro-me de poucas brincadeiras de criança, sobretudo com meninas, pois o contexto rural e os costumes familiares possibilitavam poucas interações. Mas brinquei de boneca e sonhava morar com uma amiga em uma casa de taipa que existia ao lado da minha casa. Tinha fogãozinho para cozinhar e tudo. Depois que essa amiga partiu para morar em outro lugar a socialização era mais jogando bola no terreiro de casa à tardinha com meus irmãos e uns vizinhos homens. Também brinquei muito de bila. Eu não gostava de ficar em casa, nos afazeres domésticos, preferia ir com pai pro mato, juntar os bichos e ouvir ele dizendo quando chegava em casa: *"essa menina tem muito mais coragem*

CAPA

SUMÁRIO

E LIVRE

do que certos cabra macho". Um episódio em especial eu lembro com muita emoção. Tinha um burro lá que metia medo em todo mundo. Nenhum dos meus irmãos teve coragem de montá-lo e eu montei. Acho que fui me tornando à mulher destemida a partir das palavras do meu pai. Eu dava carreira num cavalo que tinha lá que a poeira subia. Eu gostava mesmo desta vida de aventura e quanto mais pai valorizava mais eu fazia.

Saindo da primeira infância já comecei assumir responsabilidades de gente grande. Mãe sempre queria que eu a seguisse, mas eu me identificava mais com os afazeres extra-lar. Foi chegando um tempo em que a coisa foi se complicando, pois eu já estava mais crescida e tinha que assumir parte das responsabilidades de dentro de casa mesmo.

Em alguns anos, bons de inverno, eu escutava logo cedo o tilintar das enxadas sendo batidas no trilho de ferro. Para os meninos e mãe irem para o roçado eu ficava querendo ir também, mas minha mãe não deixava. Acho que ela não queira que meu futuro fosse igual ao dela. E ao ficar, assumia as responsabilidades de limpar a casa e cozinhar, mesmo contra minha vontade. Acho que era por isso que a comida nunca era aprazível e os xingamentos eram constantes. Toda vez que isto ocorria, minha vontade era de não ser eu, de ter outro destino. Passado mais algum tempo, eu já estava internalizando qual a minha função na casa e já não achava tão ruim fazer algumas coisas, mas continuava a preferir ajudar meu pai.

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

A mais marcante lembrança que tenho disto é que por volta dos 12 anos ou menos eu levantava por volta das 5:30 da manhã para ir lavar roupas num açude que tinha perto de casa. Minha Mãe começou a dizer que era cedo demais e não precisava eu ir tão cedo, mas eu tinha vontade de me sentir útil e ser uma pessoa trabalhadora igual minha mãe, que por sinal relatava muito as aventuras dela quando se deslocava a cavalo para estudar em uma cidade próxima, mesmo depois de casada.

Um momento marcante foi o rito de passagem no ano de 1998/1999, quando lá no sítio não tinha mais escola para nós irmãos darmos continuidade aos estudos e precisava que fossemos estudar na sede da cidade. Meus pais resistiram muito até chegarem ao consenso que era o melhor pra nós. Diariamente nos deslocávamos 60 km até a sede do município para estudar. Estas idas e voltas foram durante quatro anos letivos. Acho que se fosse em linha reta eu teria dado uma volta ao mundo. Neste interstício eu passei muita vergonha e humilhação por ser mulher. Existia uma parada do ônibus onde era possível descer e após aproximadamente 30 minutos seguir a viagem até chegar em casa. Eu percebia que esta parada ajudava a encurtar o sofrimento do longo caminho dos que lá ficavam e para os que desciam era sempre um momento esperado e uma farrá. As pessoas só gostavam de ficar lá à noite, na volta pra casa, pois durante o dia não tinha graça. A minha indignação era que meus irmãos podiam descer lá quando quisessem e eu

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

nunca, sem contar nas vezes que quando meus irmãos não vinham o motorista do ônibus me dava o recado: *“tua mãe disse que não é tu descer lá no tigre não”*. Ai! que humilhação eu sentia quando recebia estes recados.

Não sei se consciente ou inconscientemente, mas uma forma de minimizar a minha desvantagem em ser mulher era me superar nos estudos e no que pudesse. Eu gostava muito de estudar pra passar na frente dos meus dois irmãos mais velhos, que estudavam a mesma série que eu. Adorava quando eles não sabiam de um assunto que eu sabia e dava lição neles. Nesta idade eu já era adolescente e buscava a independência financeira, não gostava de está pedindo nada a ninguém. Todo dia de manhã eu fazia queijo pra vender e a segunda-feira era o momento mais esperado quando pai ia pra feira e trazia o dinheiro. Mas o melhor era ouvir que eu era muito esperta, num bom sentido, de trabalhadora.

Finalizado o Ensino Fundamental, outros rumos eu tomei da vida. Foi o momento de sair de casa e ir estudar fora. Esse período foi marcante demais. Mas eu não fui sozinha, meus irmãos também foram estudar no mesmo lugar que eu e com a função de meus dois “pais” fora de casa. Fomos morar em um colégio interno e longe dos nossos pais. Lá era um lugar da maior diversidade que eu vivenciara até aquele momento. Eu sempre estava sendo vista e controlada por meus irmãos. Foram três anos de sufoco e eu me sentia demasiadamente invadida e com vontade de não ser eu, porque chegou

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

ao ponto de um deles de tanto controlar minha vida dizer a um colega: “*eu só cumpro ordens*”, fazendo referência ao controle que exercia através das ordens de casa. Neste período eu experimentei viver longe dos meus pais, mas muito próxima do controle dos meus irmãos. É obvio que os subterfúgios existiam e aos poucos as rédeas da minha vida foram sendo tomadas por mim, mesmo a um preço muito alto e a contragosto dos meus irmãos.

Por volta dos 17anos eu estava envolvida em um relacionamento sério e incrivelmente apaixonada. Este relacionamento tornou-se mais tarde uma união estável e proporcionou-me a experiência de por 10 anos compreender os artifícios da dominação masculino em um relacionamento, coisa que eu observava nos relacionamentos alheios e repudiava veementemente. A particularidade desta união é que ela deu-se primordialmente a partir de uma gravidez, algo muito comum nos relacionamentos. Descobri, ao mesmo tempo, que estava grávida e que o namorado e futuro esposo havia me traído. As pressões familiares, os medos, as incertezas me fizeram perdoar a infidelidade e seguir a vida ao lado do pai da criança. Volta e meia eu remoia o assunto da traição e as justificativas eram piores do que a própria traição. *Desde que Pyetro nasceu eu prometi a mim mesma que não mais ficaria com ninguém.* Após o nascimento do primeiro filho eu experimentei a realidade da vida de casada, nua e crua. O que eu achava que seria atenuado ao longo dos anos foi-se tornando opressivo, machista, controlador e unilateral.

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

Ele enquanto homem estava autorizado a sair para as festas sozinho, beber com os amigos, viajar para o carnaval e a mim era reservado o papel de mãe, sempre dedicada, doce e amável. Após várias tentativas frustradas de diálogo e de atenuar a unilateralidade dos direitos no relacionamento é que eu fui me conformando em nem mais discutir as desigualdades entre eu e ele. Com dezenove anos tive o primeiro filho, com vinte e dois anos tive o segundo e com vinte e cinco tive a última gestação, de uma menina. Vivenciei o que a maioria das mulheres casadas do meu convívio relatavam, eu não compreendia o que as faziam permanecer nos relacionamentos.

Durante o relacionamento eu fui a única provedora e a que trabalhava fora e mais ainda dentro de casa. Meu companheiro optou em comum acordo de ficar cuidando dos meninos juntamente com a cuidadora. O fato de ser a provedora dos recursos financeiros foi um fator de empoderamento, mas não assegurou igualdade de direitos, pois quando eu chegava em casa era reservado o lugar da dona de casa, com todos os afazeres que isto implicava. Apesar de meu companheiro concordar em ficar em casa contribuindo com a criação dos nossos filhos, isto o inferiorizava muito.

As pessoas sempre perguntavam em que ele trabalhava. Eu sentia que ele ficava muito envergonhado e sentia-se rebaixado e desvalorizado ao dizer que trabalhava nos afazeres domésticos. Sempre tentava valorizá-lo dizendo que isto não era vergonha alguma, mas ele sentia-se infeliz e não re-

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

alizado. Passados os anos eu começava a sentir-me culpada pelo insucesso dele. Eu trabalhava mais e mais para dar conta de tantas responsabilidades. Os episódios de machismo se faziam presentes e começavam a agravar-se, principalmente quando meu companheiro se embriagava. Nestes momentos eu era responsabilizada por todo insucesso na vida dele. Eu sentia o desandar do relacionamento e quão árdua era a vida de provedora, mãe, dona de casa e esposa.

Eu vivi a reprodução da violência conjugal, em todas as dimensões. De acordo com Schaiber,

As mulheres experimentam não só um tipo de violência, mas vários, como agressões ou abusos de ordem verbal, física e sexual, e que podem ser cometidos por parceiros ou ex- parceiros, familiares, amigos, conhecidos ou estranhos, e até por instituições públicas ou pelo Estado (SCHAIBER, 2005,p.14).

Os dados revelam as variadas formas de violência denunciadas pelas mulheres: nos dez primeiros meses de 2015, do total de 63.090 denúncias de violência contra a mulher, 31.432 corresponderam a denúncias de violência física (49,82%), 19.182 de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 1.382 de violência patrimonial (2,19%), 3.064 de violência

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

sexual (4,86%), 3.071 de cárcere privado (1,76%) e 332 envolvendo tráfico (0,53%)³⁹.

Para Porto (2006, p.428), estes tipos de violência por vezes se relacionam ou estão contidos umas nas outras. O que é comumente utilizado como forma de legitimar a dominação e a permanência no relacionamento. Agredir e posteriormente fazer o outro sentir-se culpado pelo agressor ter “perdido a cabeça” e um exemplo típico de como são praticados dois ou mais tipos de violência em um único episódio.

O que inicialmente era um tom de voz elevando, foi evoluindo para gritos, humilhações em público, culpabilização por trabalhar demais, até a culminância com agressões físicas. O ciclo da violência contra mulher é discutido por diversos autores, que buscam demonstrar que corroboram com os relatos acima citados. Para Biachini (2011, p. 45),

Há que se perceber que a violência contra a mulher tem fases: inicia-se com a construção da tensão, chegando à tensão máxima, finalizando com a reconciliação. Há um escalonamento da intensidade e da frequência das agressões, que depende das circunstâncias da vida do casal. Não obstante as variáveis (circunstâncias da vida do casal), já se constatou que a repetição cíclica das etapas tende a fazer com que a agressão seja cada vez mais grave e habitual.

³⁹ <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contr-a-mulher/>

Em uma vida conjugal marcada por desigualdade de direitos, machismo e com episódios de violência, tornou-se imperativo a busca por subterfúgios para tentar minimamente buscar sentido para a existência. Mas tudo que ocorrera comigo, também eu já ouvira de outras mulheres, inclusive muito próximas a mim. Se elas relatavam coisas piores e permaneciam casadas por que eu não poderia permanecer também? Eu buscava as mais diversas justificativas para permanecer no relacionamento. Não raro, após episódios de violência o discurso da importância da família se fazia presente.

De acordo com Almeida (2005) há que se reconhecer os avanços na legislação no que tange a promoção a igualdade de gênero, no entanto, é preciso considerar que estes avanços,

(...) são também constantemente desafiados e tensionados pela drástica realidade de violação dos direitos humanos em escala planetária. Tanto no plano internacional quanto no Brasil, há um enorme fosso entre o reconhecimento da necessidade de formulação de políticas de promoção da igualdade de gênero, como dimensão constitutiva dos direitos humanos, e a implementação efetiva desses direitos (ALMEIDA, 2005, p. 4).

A violência simbólica é realmente tão ou mais eficaz quanto à violência física. Experimentei umas doses dela para poder saber que no sistema de dominação masculina há toda uma estrutura operando para legitimá-la e

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

justificar o *status quo*. Críticas ao modo de vestir-me, à dedicação ao trabalho, acusação de negligência para com filhos, controle até dos minutos que eu ia ao mercado passaram a fazer parte deste aparato de controle e coerção da violência conjugal. Aos poucos a existência foi fazendo menos sentido e meu destino era o mesmo de todas as senhoras com as quais eu conversava. Suportar ao invés de amar era meu destino no casamento.

O dilema psíquico se fazia presente em boa parte do meu tempo. A razão insistia na permanência no casamento, afinal tornar-me uma mãe solteira e com três filhos para criar e com toda a família dando sinais de reprovação a qualquer movimento que ensejasse rupturas não era fácil. Eis que o dilema passou a ser quase cotidiano e os agravantes da permanência no relacionamento se reforçavam.

Pensar na possibilidade de ruptura desse relacionamento era difícil, imaginemos enfrentá-la. As aulas que eu frequentava na graduação contribuíam para enxergar as possibilidades de subversão e resistência, principalmente as aulas de história, que me fazia compreender que as coisas nem sempre foram assim e nem sempre serão. O mais explícito movimento declarado de ruptura era declarar para meu companheiro que não me via terminando os dias de vida como nos relacionamentos comuns. Nos momentos mais extremos eu falava que não aguentaria aquele relacionamento por muito tempo e parte das pessoas que conviviam conosco tinham a mesma impressão.

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

Eu decidi romper por definitivo e encarar tudo o que o incerto me aguardava aos vinte e seis anos. Eu diria que foi o processo mais difícil e doloroso que eu enfrentei. Desde o momento que anuncie a decisão até a separação de fato decorreram aproximadamente seis meses. Este interstício foi desesperador. Os apoios que eu recebi de pessoas mais experientes foram fundamentais, caso contrário eu não teria conseguido. Discurso do tipo: *"mãe solteira ninguém respeita"; como é que você vai criar três filhos sozinha?; quem vai ser a referência masculina para seus filhos? trate de aproximá-los cada vez mais dos tios e do avô.* Uma vez decidido que me separaria não teve quem me fizesse recuar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura sexista, violenta e machista existe, é real. Como forma de nos protegermos desta forma de violência somos levados a também reproduzir a cultura sexista, principalmente com os filhos. Enquanto mãe, muitas vezes, reproduzo as práticas de polarização e construção social do lugar da mulher e do homem, não pura e simplesmente por reconhecer que existe este lugar, mas por temer as consequências da sociedade machista violenta, na tentativa de proteger principalmente a filha mulher.

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE

Discutir a temática violência contra mulher é uma questão complexa e em se tratando das diversas formas de violência hoje previstas na legislação brasileira, é dificilmente quantificável em termos de dados estatísticos, pois o que é considerado violento por algumas, por outras é sinônimo de elogios.

O cariri paraibano carece de pesquisas e mapeamentos de dados sobre a violência contra a mulher, pois quaisquer políticas públicas que tratem do combate a este tipo específico de violência partirão destes dados, que hoje são inexistentes.

Uma cultura sexista é possível de ser enfrentada e modificada levando em consideração todo o aparato e complexidade envolvidos, para isto a educação em Direitos Humanos pode contribuir significativamente.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. A violência de gênero como uma violação dos direitos humanos: a situação brasileira. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005. **Anais Eletrônicos**. Maranhão: joinppIII, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Suely_Sousa_Almeida.pdf>. Acesso em: 25 jul 2016.

BIANCHINI, Alice. **Os ciclos da violência doméstica contra a mulher**. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/os-ciclos-da-violencia-domestica-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 29 jul 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Dados nacionais sobre violência contra as mulheres. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/#>

SAFFIOTI, Heleieth I B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora vozes, 2014. 16. ed. p. 25.

MAGDE, Porto. Violência contra a mulher e o atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. **Psicologia, ciência e profissão**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n3/v26n3a07.pdf>>. Acesso em: 30 jul 2016.

SCHAIBER, Lilia Blima et al; **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 73-102.

CAPA

SUMÁRIO

ELIVRE